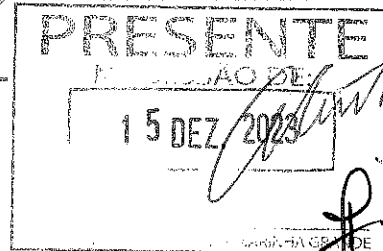




ASSEMBLEIA MUNICIPAL



APROVAÇÃO EM MINUTA

PROPOSTA DE INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2024: DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O PERÍODO DE 2024/2028

Presente certidão de teor n.º 50/2023/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 30 de novembro de 2023:

---"5. Proposta de Instrumentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2024: Demonstrações orçamentais previsionais e Mapa de Pessoal para o período de 2024/2028 -----

---Presente proposta de Instrumentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2024, constituída pelas Demonstrações orçamentais previsionais, a saber orçamento enquadrado num plano orçamental plurianual, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais, sendo que este inclui as atividades mais relevantes da gestão, para o período de 2024 a 2028 e Mapa de Pessoal. -----

---De acordo com o artigo 28.º, n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento. -----

---GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PARA O PERÍODO DE 2024/2028 -----

---Presente proposta das Grandes Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais. -----

---Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos com um total de financiamento definido de 6.576.940,00€ para o ano de 2024, 2.232.698,00€ para o ano de 2025 e 315.521,00€ para o ano de 2026. -----

---Presente proposta do Plano de Atividades Municipais com um total de financiamento definido de 21.772.135€ para o ano de 2024, 21.908.004,36€ para o ano de 2025, 21.105.636,96€ para o ano de 2026, 17.172.023,36€ para o ano de 2027 e 16.136.906,36€ para o ano de 2028. -----

---Colocado o documento a votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido, foi o mesmo aprovado, e nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, conforme preceituado na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo diploma. -----

---MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2024 -----

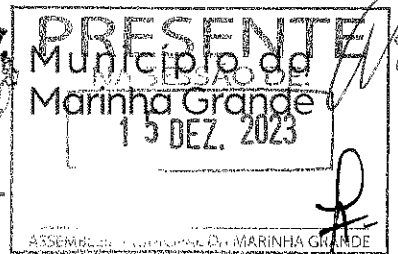
---Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual. -----

---Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido, e em cumprimento do disposto no artigo 29.º, n.º 4 da LTFP, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e artigo 33.º, n.º 1 alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-lo a aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º deste último diploma. -----

---ORÇAMENTO PARA 2024 -----

---Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2024, num total de 36.734.682€ procedendo-se à sua análise e discussão. -----

---Colocado o documento à votação foi o mesmo aprovado, e nos termos do disposto na alínea c) do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo diploma. -----

---Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 2 abstenções dos Srs. Vereadores eleitos pelo PS, Ana Laura Baridó e António Fragoso, e 2 votos contra das Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino. -----

---As Sr.ªs Vereadoras da CDU proferiram a seguinte declaração de voto: -----

---"O PCP vota contra a proposta de orçamento apresentada pelo +MPM porque, no essencial, se trata, uma vez mais, de uma proposta de orçamento que não dá resposta às imensas necessidades deste Concelho. -----

---Uma proposta de orçamento cuja receita, em 2024, ascende a 36.734.682 euros, tem o peso de 82% de despesas correntes e 18% para investimento, é muito menos do que os marinhenses precisam e merecem. -----

---Aliás, esta é uma proposta de orçamento que espelha a visão do +MPM, que impõe uma espécie de gestão empresarial, mesmo que isso resulte, como se tem verificado, numa manifesta insuficiência de resposta no desenvolvimento do Concelho e na resolução dos problemas concretos dos marinhenses, vieirenses e moitenses. -----

---Uma proposta de orçamento que, mais uma vez, faz da introdução do saldo de gerência as suas "costas largas", e que, ano após ano, prossegue vazio: vazio de ideias e vazio de concretização, demonstrativa de uma total ausência de estratégia governativa para o Concelho e um verdadeiro "navegar à vista"... -----

---A proposta de orçamento ora apresentada, não responde às necessidades de investimento na Habitação Social e na recuperação do património da autarquia (designadamente mais de 60 casas que estão fechadas e que poderiam estar a ser habitadas); continua sem acautelar a elaboração da Carta Municipal de Habitação, que daria resposta à dinamização do mercado de arrendamento a custos acessíveis e controlados. -----

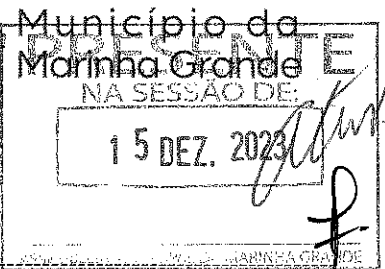
---No campo da mobilidade, continua sem prever nenhuma solução ao nível de variantes externas, nem que seja um estudo para esse efeito, a proposta de Centro de Transportes Intermodal, que articule com o terminal ferroviário, já que a verba está inscrita, não existiu, o que demonstra que não há prioridade dada a este assunto; não há verba que acautele a valorização e reabilitação do Centro Histórico; não há verba para as piscinas municipais ou patinódromo; não há verbas para o Movimento Associativo Popular. -----

---As verbas transferidas para as Juntas de Freguesia deixam clara a opção de não alargamento das competências das mesmas, além dos valores já de si serem manifestamente insuficientes para um serviço de qualidade às respectivas populações, e o executivo +MPM, tendo esta noção clara, foi isto que veio apresentar, numa lógica de não delegar nas Freguesias competências e verbas que permitiriam que as Juntas, mais próximas como estão das suas populações, lhes prestassem um melhor serviço. Este Executivo +MPM tem sistematicamente governado de costas voltadas para as freguesias. ---Ao nível das propostas sociais, de apoios no âmbito do fundo municipal, ou no apoio aos projectos de emancipação de jovens, a proposta de orçamento ignora profundamente a realidade social que atravessamos. -----

---No campo do desenvolvimento económico outro vazio: não há verba para o alargamento das zonas industriais, ou para as suas circulares externas, ou para novas zonas. E o mercado Municipal? Estavam contra a sua construção na oposição, e continuam contra agora, aparentemente. -----

---E o canil municipal? Não é também uma urgência? -----

---Não obstante a inclusão de pontos que também constam do programa autárquico da CDU – falamos concretamente da Albergaria Nobre, da Creche da Ivima e do saneamento básico – este é, na globalidade, um orçamento que não serve o povo do Concelho. Acresce que conhecemos a incapacidade de concretização e a falta de compromisso do +MPM, com ou sem o apoio do PS, com o que está inscrito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no orçamento. -----

---Relembramos que o +MPM votou contra quase todos os orçamentos nos 8 anos que foi oposição, e nisso nunca encontrou drama. Antes pelo contrário! É bem conhecida a posição pública do então vereador Aurélio Ferreira, na Oposição, argumentando que a atitude correcta era mesmo esse voto contra, era mesmo bom que o orçamento não passasse! Rejeitamos, também, por isso, qualquer linha de chantagem sobre a governabilidade da Autarquia! -----

---Aliás, o que se pode dizer é que, se há quem agora vira o “bico ao prego”, esses são os vereadores que foram eleitos nas listas do PS e que, até agora, foram, no conteúdo e na forma, a bengala desta política de direita e prejudicial ao nosso Concelho. -----

---Tal como aqui dissemos no ano passado, o que se impõe é uma política municipal que coloque no centro das opções os interesses das populações e o desenvolvimento do Concelho, mobilizando os meios e as forças disponíveis nos trabalhadores da autarquia, no Movimento Associativo Popular, nas empresas e nas populações. -----

---O PCP e a CDU pugnam pelo desenvolvimento do Concelho e os marinhenses contam que assim seja, e por isso vota contra a proposta de orçamento do +MPM para 2024.” -----

---**Os Srs. Vereadores eleitos pelo PS proferiram a seguinte declaração de voto:** -----

---“Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista reafirmam, de forma inequívoca, que sempre estiveram do lado construtivo de soluções e da colaboração, recusando assumir uma postura de rutura, assente em linguagem e atitudes radicalistas. -----

---Com a devolução dos nossos pelouros ao Sr. Presidente, quisemos transmitir um sinal claro de que a condução da gestão do nosso município se estava a fazer, na forma de “navegação à vista”, sem objetivos claros, sem ideias inovadoras e sem estratégia de curto e médio prazo. -----

---Acresce a isto que, apesar de sabermos que de acordo com a lei, apenas são necessárias 48h uteis para o envio dos documentos a serem discutidos e votados na RC, nesta matéria de grande complexidade e densidade, consideramos que marcar uma reunião extraordinária para cumprir a legislação, também revela a falta de planeamento de que temos falado. A questão é que só no limite do prazo, ou seja, 30 de novembro, estamos a discutir e votar um assunto tão importante para a vida dos Marinhenses. -----

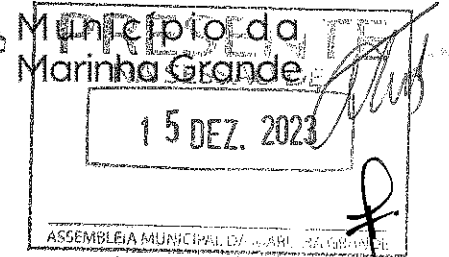
---Isto revela também que tal como o + MPM sabe, uma opinião informada neste contexto é muito difícil, demonstrando uma total desconsideração pela oposição. -----

---Começando pela análise ao mapa de pessoal, introduzido neste ponto, verificamos que se continua a dar ênfase à contratação de técnicos superiores (13), e que continua a existir uma lacuna ao nível dos assistentes operacionais para os serviços camarários. Verificamos que das 6 vagas a criar para AO apenas 1 é para os serviços camarários sendo as restantes para as escolas. Não descurando a importância da contratação de AO para as escolas, como é do conhecimento público existe uma importante falta destes profissionais ao nível dos serviços de manutenção camarários, pelo que consideramos, que havendo esta necessidade, a mesma deveria ter sido vertida nesta alteração ao mapa de pessoal. -----

---Na verdade, o Relatório que acompanha os documentos previsionais é muito claro ao detalhar o que os documentos devem refletir, através da enunciação objetiva das linhas programáticas e do planeamento, onde, nas Grandes Opções do Plano, deveria estar refletida a orientação política que se pretende adotar, em prol do desenvolvimento do Concelho. Tal como podemos verificar no mesmo relatório, apenas verificamos despesas correntes e nada de estratégia de investimentos. -----

---Ora, sem percebermos os Objetivos estratégicos do +Mpm e na ausência de qualquer tipo de Planeamento, somos chamados a aprovar uma lista avulsa de obras, as mais significativas vindas ainda do mandato anterior do PS, o que, de todo, colide com a tão anunciada propaganda de que “Connosco seria diferente”, porque a haver diferenças, e há, consideramos que não são para melhor. -----

---Podemos considerar que este orçamento é mais do mesmo, ou seja, uma enormidade de despesas correntes, com cerca de 31M€ e apenas 6,7M€ para investimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---Os munícipes do nosso concelho ficam e continuam sem saber para quando a conclusão do saneamento no concelho, a habitação social, a Piscina Municipal, os contratos interadministrativos com as juntas de freguesia, para quando a solução que o +MpM já tinha em setembro de 2021, duas semanas antes de eleições, para as piscinas da Promoel, para quando os Centros Escolares, para quando o reforço do Abastecimento de Água em Alta, para quando o Parque TIR na área de expansão da Zona Industrial, para quando o Novo Mercado Municipal nos Estaleiros, para quando o início da renovação do espaço FEIS, o Estuarino na Praia da Vieira, o Pavilhão Desportivo na Moita, a marca "IODO" para a Praia da Vieira, etc. -----

---Apesar de estarem algumas destas rubricas abertas com uma dotação mínima, verificamos que nos dois orçamentos anteriores as mesmas constavam com valores refletidos para a sua execução, mas que infelizmente, muito poucos viram a luz do Dia. Estamos a falar de necessidades básicas para a população, tal como a finalização do saneamento da Moita, do saneamento do Casal de Anja, a Rua 25 de abril na Vieira, etc. -----

---Identificamos ainda na redação deste orçamento algumas incongruências, como é o exemplo da construção de um novo edifício para o Centro de Saúde de Vieira de Leiria, já anunciado publicamente pelo Presidente, mas que não vem vertido nos documentos previsionais. -----

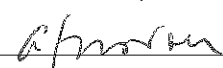
---Sabendo que aquando da introdução do saldo de gerência algumas destas rubricas serão financiadas, o que nos falta saber é quais serão as prioridades do executivo nesta ação, sendo que pelo presente orçamento não conseguimos identificá-las. Assim esperamos que nesse momento sejam privilegiadas as reais necessidades do concelho, tal como atrás elencámos, circunstância que influenciará, na altura, a nossa tomada de decisão. -----

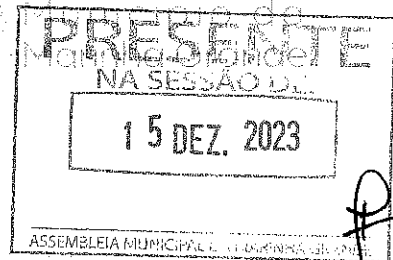
---Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, lembram ao +MpM que existem mais de 15 Milhões de euros em Tesouraria e uma capacidade de endividamento superior a 38 Milhões, pelo que argumentar com falta de recursos financeiros é um argumento falso, para, na realidade, encobrir uma falta de estratégia, planeamento e coragem política para gerir o município, numa perspetiva de investimento, mesmo correndo riscos, mas passando para os munícipes uma mensagem de esperança. -----

---Apenas realizar obras com financiamento garantido, como o +MPM está a fazer, já vimos que não é uma boa política. Temos de usar os recursos financeiros existentes para realizar as obras tão necessárias para o desenvolvimento do Concelho. Há obras essenciais para os Munícipes, que não podem aguardar por financiamentos e têm de andar, sob pena de estarmos a prejudicar as pessoas. -----

---Face ao atrás enunciado, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista votam pela abstenção, na expectativa de que, aquando da introdução do saldo de gerência, o executivo defina o rumo e assumam as responsabilidades que assumiu perante os eleitores que votaram + MpM." -----

---**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**-----

Depois de discutido o assunto suprarreferido, e após análise dos documentos e considerando que os mesmos estão devidamente fundamentados pela legislação em vigor, a **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou e**  a Proposta de Instrumentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2024: Demonstrações orçamentais previsionais e Mapa de Pessoal para o período de 2024/2028, nos termos do disposto na alínea a) e alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 10 votos a favor, 6 votos contra e 8 abstenções.


Nos termos do n.º 4 do artigo 39.º do Regimento e dos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro na redação atual, procedeu-se à aprovação do ponto 8 em minuta por unanimidade, com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Marinha Grande, 15 de dezembro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal,


(Aníbal Manuel Curto Ribeiro)

O Gabinete de Apoio à Assembleia,


(Marina Alexandra Neves de Freitas, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, em regime de substituição, n.º 1341)